



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

GABINETE DA MINISTRA DA JUSTIÇA

Alocução de S.E a Ministra da Justiça

Rita Alarcão Júdice

no encerramento da conferência

“VOZES DA JUSTIÇA NO FEMININO”

21 de março 2025, 14h30/17h00

Auditório da Polícia Judiciária



Quero agradecer à Presidente do IGFEJ o convite para participar nesta iniciativa, que muito louvo.

Agradeço a todas as oradoras, convidadas e moderadores estarem presentes

Gostava de começar com uma pergunta às senhoras que aqui estão:

A partir de que momento se consideram aptas a ocupar um cargo profissional?

Quando preenchem 100% dos requisitos? 90%? 80%? Consideram aceitar um convite ou concorrer a um lugar mesmo que só cumprem 70% dos requisitos?

Se as mulheres aqui presentes não forem um desvio à média dos estudos que existem sobre esta matéria, a resposta será esta:

só aceitamos ou só concorreremos se acreditarmos que cumprimos 100% dos requisitos.

Só quando se acham totalmente aptas ao lugar, as mulheres, em regra, consideram poder ocupá-lo. É uma dedução lógica.

Sabem o que os mesmos estudos revelam para os homens?

Os homens candidatam-se a cargos mesmo que cumpram apenas 60% dos requisitos.

Ora, isto dá que pensar.

Podem dizer-me que os estudos não são fidedignos, ou que não espelham a realidade, mas, olhando para este auditório com tantas mulheres extraordinárias, consigo perceber que os estudos são mesmo capazes de ser certos.

As mulheres são mais cautelosas, mais inseguras, menos corajosas? Porque é que as mulheres muitas vezes se desvalorizam ou se apagam para serem aceites, para serem apreciadas? Porque é que a síndrome do impostor é mais comum nas mulheres?

Por um lado, as mulheres só esperam ter aquilo que pensam que merecem, e, por outro, acham que o reconhecimento pelo seu esforço e dedicação é algo que deve acontecer de forma natural.

Já os homens, em regra, acham natural ter mais do que aquilo por que se esforçaram e hesitam menos em reclamá-lo.

E porquê?

A resposta é muito simples: porque sempre foi assim.

A boa notícia é que as coisas estão a mudar, a sociedade está a mudar. E chegará um dia em que este desequilíbrio será muito mais ténue. Um dia deixará de ser notícia que foi eleita a primeira mulher para isto, ou a primeira mulher para aquilo.

Na Justiça, verdade seja dita, as mulheres já há muito tempo que ombreiam com os homens lugares de destaque:

Mais de 65% dos magistrados judiciais são mulheres.

70% dos magistrados do Ministério Público são mulheres

67% dos funcionários da Justiça nos Tribunais são mulheres

Metade dos advogados são mulheres.

No Ministério da Justiça 47% dos dirigentes são mulheres.

Já agora, no Governo, 40% dos governantes são mulheres.

Mas olhemos para o lado: Não é assim em muitas profissões, sobretudo naquelas em que as remunerações são mais elevadas. A percentagem de mulheres na base da pirâmide, não tem reflexo na percentagem de mulheres no topo, em lugares de decisão.

No mais recente barómetro do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Segurança Social o salário base das mulheres, em 2023, foi 12 e meio por cento inferior ao dos homens.

Este barómetro é construído a partir da informação entregue pelas empresas, no âmbito dos Quadros de Pessoal.

Mesmo assim, o fosso diminuiu face ao ano anterior – ou seja, os salários tendem a aproximar-se.

Como disse, em 2023 a diferença de salários entre homens e mulheres foi de 12,5%. Há cerca de uma década, em 2012, a diferença era de quase 20%. (18,5% para ser mais precisa).

Vou terminar, com uma nota mais pessoal: tive a sorte de, como Ministra da Justiça, estar rodeada por mulheres admiráveis. As minhas Secretárias de Estado que aceitaram o desafio de vir para o governo, num momento em que eram incertas as condições de governação e que excederam todos os limites de entrega. E todas as mulheres que compõem os gabinetes (e são muitas 😊) desde a minha chefe de gabinete à Dona Alzira (que podia reformar-se, mas que continua a cuidar de todos nós) sem esquecer os nossos anjos da guarda que tratam da comunicação e tanto nos ajudam a comunicar de forma clara e a chegar às pessoas. As dirigentes, e temos aqui hoje muitas, a todas estou grata pela entreatajuda, pela competência, pelo entusiasmo e espírito de missão com que se entregam nas suas funções, para melhorar a justiça.

E tantas mulheres admiráveis que vim a conhecer ao longo da minha vida e, agora nestas funções, neste ano que passou – nos tribunais, na administração pública, na academia, nas mais variadas profissões jurídicas. Pessoas atentas, conhecedoras dos problemas e com tantas soluções. Tem sido muito gratificante aprender e construir uma melhor justiça com elas também.

Não menos admiráveis são as mulheres de que não sabemos o nome: as que cuidam dos filhos e dos pais, as que apoiam amigos e colegas, as que trabalham



todos os dias fora de casa, todos os dias dentro de casa, enquanto educam, alimentam e tratam das suas famílias, que tecem a rede que a sociedade tanto precisa.

A todas, o meu reconhecimento e a minha admiração.

A todas devemos dizer que também têm voz.

Parabéns ao IGFEJ por esta iniciativa.

Parabéns a todas as mulheres que fazem a Justiça.

Muito obrigada